

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Mídia esconde elogio ao Bolsa Família nos EUA

07/02/2014

O vetusto The Washington Post, que não pode ser classificado como de esquerda, muito menos petista, publicou na última sexta-feira, artigo de seu comentarista Howard Schneider que, como se repete há dez anos, foi ignorado pela chamada grande mídia brasileira por falar bem do Bolsa Família.

Pelo contrário. Alguns dos títulos das reportagens mais recentes do importante jornal norte-americano que foram reproduzidas foram os seguintes:

Washington Post faz alerta a atletas que vêm ao Brasil (TV UOL, 25/11/2013)

Deu no “Washington Post”: o pré-sal não é bem assim (Ricardo Setti – blog da Veja, 14/01/2014)

'Washington Post': Dura realidade do petróleo no Brasil (Jornal do Brasil/Portal Terra, 7/1/2014)

Distante dos dois pesos, duas medidas aplicados, faz uma comparação entre os resultados do principal programa social brasileiro com os que alcançados pelos diversos programas sociais lançados pelo governo norte-americano para mitigar a crise econômica de 2008.

O título do artigo é um indicativo da conclusão do colunista do Washington Post: “Quer acabar com a pobreza? Resposta brasileira: dê dinheiro ao povo”.

O texto que se reproduz abaixo, de tradução livre, contém ainda outras definições que nenhum grande jornal brasileiro tem a isenção de publicar.

Qual a razão dessa diferença?

Simples: nos EUA, seja qual for a ideologia que guia as publicações e demais veículos de mídia, a predileção política do dono não inibe os jornalistas para a publicação da verdade tal e qual ela se apresenta. No Brasil, a independência dos jornalistas da grande mídia tem limite: os interesses das empresas que controlam os jornais. Interesses que nem sempre estão entre os mais nobres, como demonstra a história recente de apoio dessas publicações a inúmeros golpes contra a democracia no nosso País.

Como se verá nas linhas seguintes, um dos jornais mais influentes do mundo não apelou para uma das manipulações mais comuns na imprensa brasileira: omitir o que deu certo, o que é positivo, e ampliar o que é ruim ou não deu certo.

O texto publicado é o seguinte:

“Eis uma ideia brilhante para ajudar as pessoas pobres: dar dinheiro a elas. Especificamente, dar a elas dinheiro suficiente para acabar com sua pobreza.

Essa é a proposta da ministra do Desenvolvimento Social do Brasil, Tereza Campello, que esteve em Washington esta semana [a última semana de janeiro] discutindo a experiência do País em sua primeira década de vigência do badalado programa de transferência de renda Bolsa Família.

Essa é uma discussão relevante para os Estados Unidos, envolvendo um simples contrato social que entrega dinheiro vivo — sem maiores condições sobre como ele será gasto ou quem será considerado membro da família que recebe o benefício — desde que as crianças da família frequentem a escola.

Campello falou para executivos e funcionários do Banco Mundial — instituição que considera o Bolsa Família um modelo que poderá ser exportado para outros países em desenvolvimento — em um painel promovido pela Brookings Institution para analisar o desempenho dos programas sociais dos Estados Unidos durante este período de recessão. Tem havido uma enxurrada de pesquisas sobre o tema. Algumas conclusões são animadoras. Outras não.

Em geral, afirma Robert Moffitt, professor de economia da Universidade Johns Hopkins que avaliou os gastos sociais e os dados dos EUA sobre a renda durante os anos da crise econômica, programas como o que reduz o imposto a pagar de famílias de baixa renda, o seguro desemprego, ou ainda os cupons de alimentação e outras iniciativas que compõem a rede de seguridade americana. Todos mantiveram milhões de pessoas acima da linha de pobreza.

Um estudo do U.S. Council of Economic Advisers (Associação de Assessores Econômicos) estima que o impulso dos gastos norte-americanos com programas sociais detiveram o crescimento da pobreza em níveis mínimos, mesmo nos momentos em que o país atravessava o pior momento econômico dos últimos 100 anos.

Mas Moffitt também destacou que a atual configuração dos programas sociais americanos não permite tantos avanços quanto se espera. Os “pobres empregados”, que têm renda maior, tendem a se beneficiar mais do sistema de deduções de impostos, enquanto os que têm menor rendimento contam apenas com os programas tradicionais de benefícios sociais, que tendem a ficar mais retraídos. Ao mesmo tempo, gastos com cupons de alimentação tiveram sensível crescimento durante a recessão, ao contrário do que aconteceu com o TANF, sigla em inglês dos programas de assistência temporária para famílias sob risco social.

Cada programa tem sua própria lista de exigências. Os cupons de alimentação, por exemplo, determinam o que pode ser comprado com eles. Já o TANF condiciona a concessão do benefício ao trabalho, treinamento e número de filhos na família, dependendo do estado da União em que é aplicado.

Em resumo, afirma Moffitt, os programas parecem ter cumprido sua missão de ajudar as famílias durante a recessão.

Mas o impacto de longo prazo – a capacidade de retirar as pessoas da pobreza de maneira em caráter mais permanente – é outra história. Um estudo recente sobre mobilidade social nos Estados Unidos apurou que essa taxa tem estado inalterada por meio século, a despeito de toda a gama de programas destinados a ajudar os mais pobres a elevar seu padrão de vida.

Há, é claro, um acalorado debate sobre como os governos devem atuar nessa questão, e até mesmo se eles devem atuar.

Fonte: PT no Senado

Foto: Internet